



Título: A imprensa e as novas cartografias urbanas¹

Christina Ferraz Musse²

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: No atual contexto histórico, autores os mais diversos têm apontado para a crise das identidades que tradicionalmente davam suporte à noção de pertencimento do sujeito frente ao mundo social (gênero, classe, nacionalidade, etc.). Hoje, conceitos como deslocamento, diáspora, desterritorialização, nomadismo, hibridismo, entre muitos outros, tentam dar conta da instabilidade, complexidade e das inúmeras rupturas que se instauraram na sociedade. Neste sentido, a imprensa, entendida como mediadora das relações sociais, parece ser um lugar privilegiado para a compreensão das novas representações das identidades no espaço urbano.

Palavras-chave: imprensa; identidade; tecnologia; hibridismo; espaço urbano.

Os jornais, a construção do lugar e os fluxos da comunicação

Na elaboração do imaginário sobre a nação, a cidade e a comunidade, Benedict Anderson (1989) afirma que o romance e o jornal tiveram lugar de destaque, no desabrochar do pensamento liberal, sendo posteriormente acompanhados por outros veículos de comunicação, como o rádio, a televisão e a internet.

A popularização da informação impressa em língua vulgar, isto é, a relação entre o que era produzido e o público consumidor, foi feita através do mercado de imprensa, que estabeleceu, segundo Anderson, as principais relações entre os burgueses de regiões distantes. Antes, as classes pré-burguesas tinham gerado sua rede de relações independente da língua, pelo menos, da língua impressa. Para elas, as solidariedades eram produto do parentesco e das lealdades pessoais.

Para Anderson:

[...] uma nobreza analfabeta ainda podia atuar como nobreza. Mas e a burguesia? Eis aí uma classe que, falando figuradamente, só veio a ser uma classe mediante muitas cópias. Um dono de fábrica em Lille só estava ligado a um dono de fábrica de Lyon por reverberação. Eles não tinham uma razão necessária para conhecer a existência um do outro, tipicamente, não se casavam com a filha um do outro, nem herdavam as propriedades um do outro. Mas chegavam a visualizar de um modo geral a existência de milhares e milhares de outros como eles por intermédio da língua impressa. Pois é difícil imaginar uma burguesia analfabeta. Assim, em termos de história mundial, as burguesias foram as primeiras classes a consumir solidariedades numa base essencialmente imaginada (1989, p.87).

¹ Trabalho apresentado ao NP de Jornalismo, no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Departamento de Televisão e Rádio da Faculdade de Comunicação da UFJF; professora do Curso de Especialização em Comunicação Empresarial da UFJF; professora do Programa de Educação Tutorial (PET) da Faculdade de Comunicação da UFJF; doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. E-mail: musse@terra.com.br.



Essas novas solidariedades, que surgem através da imprensa, vão configurar o aparecimento do conceito de “público”, que inaugura uma nova teia de relações, conforme defende Gabriel Tarde (1992). Se a multidão não prescinde da vizinhança, do face a face, e daí tira o seu poder de construção ou de destruição, o público, por sua vez, é um sentimento que une pessoas de lugares os mais distantes, através de um interesse comum, que é estabelecido pela imprensa. Entre outros aspectos, a multidão está limitada pelo espaço físico, geográfico, isto é, pelo território, já o público é “indefinidamente extensível”(ibid., p. 37). Para Tarde, “o público poderia ser definido como uma multidão virtual”(ibid., p.38), que por sua extensão e por sua homogeneidade, representa uma força emergente, que a imprensa mobiliza. Da mesma forma, que a máquina a vapor vai imprimir um novo ritmo de produção às fábricas, e diminuir o tempo de viagem entre uma cidade e outra, a imprensa vai possibilitar a circulação e a difusão rápida de informações, criando uma solidariedade que já não depende mais da presença física, é uma nova rede de trocas que se estabelece. “As grandes conversões de massas, hoje, são os jornalistas que as realizam”(ibid., p. 50). A constatação de Tarde, no final do século XIX, antecipa uma tendência que se confirma nos novecentos. A imprensa, no que nos diz respeito, vai ser a grande fiadora da nação republicana e do modo de produção capitalista, estando intimamente ligada à conformação dos imaginários urbanos.

Nos séculos XIX e XX, os sucessivos movimentos nacionalistas demonstraram a criação de vínculos entre as populações, estruturados por fatores como a língua vulgar e a imprensa. Mas, se, durante um longo período, este sentimento de pertencimento a uma “comunidade imaginada”, denominado por Anderson (1989, p. 11) de “*nation-ness*”, ainda teve uma relação intrínseca com o espaço geográfico, no final do século XX, observou-se uma ruptura: a implosão do Estado-nação, nos moldes liberais burgueses do século XVIII, e uma explosão do sentimento de “*nation-ness*” com o aparecimento de dezenas de novas nações, resultado de novas fidelidades. Segundo Anderson (ibid., p.11), “[...] o ‘fim dos tempos do nacionalismo’, há tanto tempo profetizado, não está à vista, nem de longe. De fato, a *nation-ness* constitui o valor mais universalmente legítimo na vida política de nossa era”.

Neste sentido, o discurso dos veículos impressos ainda trabalharia dando respaldo ao mito fundador³ do “lugar”, que se oporia ao sentimento tão contemporâneo

³“Os mitos fundadores são, por definição, transistóricos: não apenas estão fora da história, mas são fundamentalmente aistóricos” (HALL, 2003, p. 29).

de “des-locamento” (HALL, 2003). A construção dessa “identidade cultural” pela imprensa escrita funcionaria como um “cordão umbilical”, que possibilita estar “em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta”(ibid., p. 29). Por outro lado, ainda são escassas, por exemplo, as experiências de novas mídias e de veículos alternativos e comunitários, que representem a margem e a periferia, no sentido em que Homi K. Bhabha (1998, p. 25) explicita as culturas “nacionais” como sendo cada vez mais um produto idealizado a partir das perspectivas das minorias destituídas.

O indiano Arjun Appadurai (1997) nos diz que podemos pensar numa possibilidade de novas configurações narrativas, quando afirma que é a “imaginação”, que terá que nos levar além da nação. Na verdade, o que se inaugura na contemporaneidade, são novas formas de pertencimento, em que o território, como espaço físico de convívio, cada vez tem menos importância, e em que a tecnologia e os meios de comunicação reorganizam o social, transformando-se na principal argamassa para as cartografias pós-nacionais.

Appadurai (1997) nos fala das “translocalidades”, quando se refere aos lugares que se encontram divorciados do contexto nacional. São zonas de fronteira, cidades turísticas, de livre comércio, campos de refugiados, bairros de exilados e de trabalhadores imigrantes que não compartilham do ideal da nação ou do estado e da cidade dos quais fazem parte. Da mesma forma, Bhabha (1998) se refere aos “entrelugares”, e Hall (2003) às “culturas híbridas”, que surgem através do contágio entre as diferenças culturais, resultado do trânsito cada vez mais intenso de pessoas e de informação.

Nesse contexto, o que nos parece fundamental é a compreensão de que, como nos lembra Hall, estamos sempre em processo de formação cultural. “A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar” (ibid., p. 44). É o que acontece com a globalização: se, de um lado, temos as forças de homogeneização, de outro, temos as de disseminação da diferença cultural (ibid., p. 45).

A cidade e a desterritorialização

A noção que temos da cidade ultrapassa hoje o simples conceito geográfico, impondo-se muito mais como o símbolo complexo da existência humana. A arquiteta Raquel Rolnik (1995) define a cidade como um ímã e como uma escrita, no sentido em que viver na cidade implica necessariamente viver de forma coletiva e a cidade opera



como uma rede de significados móveis. Rolnik chama a atenção em especial para as características específicas da conformação das cidades brasileiras, não só as megalópoles, mas as cidades de porte médio, que repetem em escala menor o mesmo processo de urbanização excludente.

A intensidade, velocidade, e modelo excludente da urbanização brasileira trouxeram à tona todo um campo de pesquisa ligada aos impactos ambientais e, mais particularmente, ao aspecto social da urbanização, juntamente com o tema da violência urbana e da expressão conflituosa de um território construído por desterritorializados e excluídos. Neste campo, sociólogos, antropólogos e urbanistas têm procurado apontar para as raízes da violência, uma das marcas contemporâneas de um novo etos urbano, fragmentado e totalmente fora do controle das políticas governamentais⁴.

É interessante compararmos o status da localidade àquela disposição global, denominada por Hardt e Negri, de Império, no sentido da “nova forma de soberania que sucedeu a soberania do Estado-nação, uma forma ilimitada de soberania que não conhece fronteiras, ou melhor, conhece apenas fronteiras flexíveis e móveis”⁵. No cenário de fluxo global do capital, possível através das novas tecnologias, e de um aumento intenso da mobilidade das populações, tudo e todos parecem estar constantemente em trânsito, o que fragiliza o conceito de lugar. O sentimento do “lugar” seria semelhante àquele do “estar em casa”, definido por Beatriz Jaguaribe como uma âncora de estabilidade, num cenário de desgarramento, implosão e invenção do mundo pelo consumo:

Fortalecido pela memória, convívio social, formas de interação personalizada, esse “estar em casa” não é somente uma prerrogativa de culturas tradicionais. A fabricação da cotidianidade, a formação de hábitos, a absorção naturalizada de leis sociais são medidas domesticadoras do estranhamento⁶.

Se a Modernidade foi a inspiradora da criação das nações e da consciência nacional, do lugar e da identidade, a Pós-Modernidade, ao contrário, veio implodir a

⁴ ROLNIK, Raquel. Cidade brasileira: uma ou muitas? *Ciência e cultura* – temas e tendências, revista da SBPC, São Paulo, ano 56, n.2, p.22, abr/mai/jun 2004.

⁵ HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. Globalização e democracia. In: PACHECO, Anelise; VAZ, Paulo (org.). *Vozes no milênio: para pensar a globalização*. Rio de Janeiro: Gryphus, Museu da República, 2002. p. 15.

⁶ JAGUARIBE, Beatriz. Fins de século: viagens no cosmopolitismo e na globalização. In: MENEZES, Philadelpho (org.). *Signos plurais: mídia, arte e cotidiano na globalização*. São Paulo: Experimento, 1997. p.76.



noção de origem, raiz e pertencimento, criando o que Marc Augé chamou de não-lugar. Para ele (1994, p. 73), “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”. Ambos, porém, nunca existem sob uma forma pura: “o lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação”(ibid., p.74).

Diante da mobilidade do capital, à qual também corresponde uma mobilidade de populações, há uma evidente desterritorialização, que impôs ao mundo uma nova dinâmica cultural. Para Arjun Appadurai,

Deterritorialization affects the loyalties of groups (especially in the context of complex diasporas), their transnational manipulation of currencies and other forms of wealth and investment, and the strategies of states. The loosening of the holds between people, wealth, and territories fundamentally alters the basis of cultural reproduction (1991, p.49).

Appadurai se pergunta sobre qual seria a natureza da localidade como uma experiência vivida, num mundo globalizado e desterritorializado. Para ele, uma das respostas possíveis seria “the role of the imagination in social life” (ibid., p. 52). A imaginação, expressa através de sonhos, músicas, fantasias, mitos, sempre fez parte do repertório de qualquer sociedade, mas a novidade, hoje, é a de que será através da mídia, incluindo a imprensa e a indústria de entretenimento, que as populações vão imaginar novas formas de vida, antes nunca pensadas, como vão tentar reinventar os laços com uma origem perdida.

More persons throughout the world see their lives through the prisms of the possible lives offered by mass media in all their forms. That is, fantasy is now a social practice; it enters, in a host of ways, into the fabrication of social lives for many people in many societies (ibid., p. 54).

Neste sentido, parece-nos extremamente importante o papel de veículos como o rádio e a televisão, no cenário da América Latina. O rádio, por exemplo, para muitas das populações pobres latino-americanas que, em especial, em meados do século passado, deixaram o campo em direção à cidade, foi capaz de recriar o “espaço de

identificação que não é só evocação de uma memória comum, e sim produção de uma experiência profunda de solidariedade”(MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 317), em especial na apropriação de gêneros como o melodrama, em que a estranheza do mundo é domesticada. Através da “dramatização do real” (*ibid.*, p.318), os programas policiais, por exemplo, também atingem este objetivo.

Esses personagens têm casa, endereço, família e o que é mais importante, têm uma história de vida que inclui amor, amizade, ódio, vingança. Uma história que fala de seres reais e não de meras fichas de identificação. O desenraizamento das pessoas de origem rural é compensado por esses programas⁷.

A televisão, através da maciça produção de telenovelas, principalmente a partir da década de 70, no Brasil, caminhou também neste sentido, recriando no imaginário popular o que poderíamos chamar das cartografias do desejo (zona sul do Rio de Janeiro, o eterno balneário), do poder (os grandes prédios da Av. Paulista, as mansões dos poderosos de São Paulo) e da afetividade (subúrbios, com suas vilas, quitandas e festas populares; o interior, com sítios, fazendas, natureza exótica), entre outras. Martín-Barbero afirma que, comumente, nos países latino-americanos, a narrativa do romance-popular e do melodrama, mais do que a objetiva textualidade do jornalismo, tem possibilitado uma identificação intensa entre as populações e o imaginário nacional.

A imprensa e as novas cartografias urbanas

Quando analisamos o fenômeno das migrações, vemos que, à exportação de um estilo ocidental, corresponde, em sentido inverso, um movimento intenso da periferia para o centro. “Esta formação de ‘enclaves’ étnicos minoritários no interior dos estados-nação do Ocidente levou a uma ‘pluralização’ de culturas nacionais e de identidades nacionais”(HALL, *op.cit.*, p. 83).

Deleuze e Guattari (1997) tratam dessa questão quando se referem ao espaço liso e ao espaço estriado, ao espaço nômade e ao espaço sedentário. Os espaços não se opõem de forma simples: eles se misturam e um pode ser transvertido no outro. O mar é o espaço liso por excelência, da mesma forma que a cidade é o espaço estriado. Mas se pode habitar a cidade de um modo liso, ser “um nômade das cidades”(*ibid.*, p. 189). Isto é, não há essência, ou verdade, mas processo:

A cidade libera espaços lisos, que já não são só os da organização mundial, mas os de um revide que combina o liso e o esburacado,

⁷ FADUL, Ana Maria. Violência, rádio e o imaginário popular, p.12 *apud* MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações* – comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p. 318.



voltando-se contra a cidade: imensas favelas móveis, temporárias, de nômades e trogloditas, restos de metal e de tecido, *patchwork*, que já nem sequer são afetados pelas estriagens do dinheiro, do trabalho ou da habitação (DELEUZE;GUATTARI, *op.cit.*, p. 188).

Todo o progresso se faz “por e no espaço estriado, mas é no espaço liso que se produz todo o devir”(*ibid.*, p. 195). No nosso ponto de vista, teríamos, então, um convívio do espaço da ordem pré-estabelecida, espaço estriado, com o espaço periférico, à margem, o espaço liso, onde todas as possibilidades são possíveis.

Os meios de comunicação dividem e esquadriham a cidade, refletindo os interesses do Estado e dos grupos hegemônicos, atuando de preferência na ordem do espaço estriado:

O Estado produz inúmeros discursos que são reproduzidos, de acordo com o público a que se destina, pela própria sociedade civil. A grande imprensa, que depende dos grupos que detêm o poder, econômica e politicamente, reproduzirá assim um discurso específico de acordo com o seu público, mas este será sempre o das classes hegemônicas, sob as mais variadas formas (BARBOSA, M., 1993, p. 61).

O jornalismo diário seleciona as informações e cria uma cartografia da cidade, levando em consideração critérios altamente subjetivos. Existem bairros associados ao bem-estar, normalmente nomeados nas editorias de política, economia, cultura, esportes e nas colunas de opinião e sociais. Outros espaços urbanos, como aqueles das favelas, costumam aparecer com frequência nas páginas policiais ou então naquelas da editoria de “Cidade”, que privilegia problemas e reclamações dos moradores. O jornal divide a cidade e a classifica de acordo com juízos de valor, embora tudo venha embalado pela “retórica da imparcialidade e da neutralidade” (*ibid.*, p. 86). Da mesma forma, Barbosa (*ibid.*, p. 101) nos lembra que, entendendo o jornal como documento⁸ que recria a memória coletiva, temos nesses veículos a coexistência da dialética do lembrar e do esquecer, já que a cidade é “percebida em pedaços” e muitas das histórias que a constituem, ao não ganhar visibilidade, são relegadas ao plano do esquecimento.

⁸ “A elaboração da narrativa jornalística confere-lhe, pela própria característica de montagem do texto, um caráter de documentalidade. O texto jornalístico informativo é elaborado a partir de uma hierarquização das informações e dos relatos, da transcrição literal das falas dos responsáveis pela divulgação daquela informação e pela profusão de provas da sua autenticidade. Uma das formas usuais para dar verossimilhança à informação é a utilização de dados numéricos, apresentados como prova de realidade à qual o jornalista se refere, ao lado de fotografias, esquemas, mapas e outros recursos gráficos que colocam o leitor na cena do espaço geográfico da notícia”(BARBOSA, 1999, p. 86).



Mas se observarmos que “o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso” (DELEUZE; GUATTARI, *op.cit.*, p. 180), poderemos entender como vários movimentos e organizações não governamentais têm tentado provocar uma reocupação do espaço social, a partir da reapropriação do espaço das mídias. São os casos do Movimento dos Sem-Terra, do grupo Afro-Reggae, da Central Única e do Observatório das Favelas, no Rio de Janeiro, das rádios comunitárias, de jornais alternativos, de produtoras independentes de vídeo, de vários *blogs* na internet, entre outros, que introduzem novas lógicas no cenário ordenado do jornalismo tradicional.

Canclini reconhece que algo de novo surge nesse ambiente caótico, ao se referir à desintegração das megacidades e de tantas cidades médias latino-americanas:

As grandes cidades do continente, que os governos e os migrantes camponeses imaginavam até há poucos anos como avanços de nossa modernização, são hoje os cenários caóticos de mercados informais nos quais multidões procuram sobreviver sob formas arcaicas de exploração, ou nas redes da solidariedade ou da violência (1999, p. 18).

A mudança no cenário das cidades, no caso latino-americano, reflete não só a mudança da esfera de influência da Europa para os Estados Unidos, como a instabilidade das democracias e o cancelamento dos organismos de representação da cidadania pelas ditaduras das décadas de 70 e 80, que reduziram as sociedades civis latino-americanas a “conjuntos atomizados de consumidores” (*ibid.*, p.14). Um dado revelador é a perda da importância da cidade dentro de sua concepção européia, como núcleo da vida cívica e comercial, acadêmica e artística, uma evidência que o autor constata nas cidades americanas, mas que pode ser facilmente traduzida para as metrópoles e cidades médias brasileiras, em que as elites se isolam em condomínios fechados e *shopping centers*, cada vez mais afastados do centro; evitam caminhar a pé pelas ruas, usar transporte coletivo, ou dirigir o carro de vidros abertos.

Ao analisar o novo cenário sociocultural, resultado do processo de uma economia e cultura globalizadas, Canclini chama a atenção para a redefinição do senso de pertencimento e identidade, “organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais e mais pela participação em comunidades transnacionais ou desterritorializadas de consumidores” (*ibid.*, p. 52). Há também, segundo o autor, a



“passagem do cidadão como representante de uma opinião pública ao cidadão interessado em desfrutar de uma certa qualidade de vida”, isto é, “as formas argumentativas e críticas de participação dão lugar à fruição de espetáculos nos meios eletrônicos”(CANCLINI, *op.cit.*, p. 52).

Os laços sociais que, antes, eram mantidos entre as populações pelo contato da vizinhança nos bairros, pela proximidade dentro da escola, ou pelo convívio para o lazer e o consumo, no centro da cidade, hoje, se encontra disperso.

A expansão territorial e a massificação da cidade, que reduziram as interações entre os bairros, ocorreram junto com a reinvenção de laços sociais e culturais que passam através do rádio e da televisão. Atualmente, são estes meios que, com sua lógica vertical e anônima, diagramam os novos vínculos invisíveis da cidade (*ibid.*,p.102).

Canclini faz sua pesquisa, tendo como objeto a Cidade do México, uma megalópole, uma cidade globalizada, mas muito do que ele conclui sobre os novos vínculos, tecidos através dos meios eletrônicos de comunicação, se adequa às cidades de porte médio em outros países. Pensando nestas cidades, poderíamos tentar uma analogia: no momento em que a maior parte da programação veiculada nas emissoras de rádio desses lugares é de música estrangeira, não só no sentido de música internacional, mas de música nacional produzida nas grandes capitais, e em que a programação televisiva é produzida nas grandes metrópoles, o que, no Brasil, significa Rio de Janeiro e São Paulo, poderemos concluir que, a partir dos anos 70, do século passado, temos cada vez mais um processo de fidelidade ao que é de fora e de alienação ao que é de dentro, o que poderíamos chamar de uma produção de sentidos diaspórica. Não há, por exemplo, como na década de 50, uma reprodução local dos programas de auditório ou das radionovelas de sucesso, mas uma simples exibição, via satélite, do que é produzido fora.

O novo cenário global faz Canclini (*ibid.*, p. 112) concluir que hoje, para a compreensão da cidade, não nos bastaria uma definição “sociodemográfica e espacial”, mas seria indispensável também uma definição “sociocomunicacional”, já que os veículos de comunicação estariam entre os vetores que reuniriam “em totalidades fragmentos dispersos do tecido urbano”(*ibid.*, p. 117), isto é, seriam responsáveis pelas novas fidelidades e criação de vínculos, antes determinados, por exemplo, pelo território. Para o antropólogo, aí reside a emergência de se pesquisar a cidade, tendo



como base as narrativas que se fazem sobre ela, numa direção multidisciplinar, que reuniria aos saberes da antropologia àqueles da sociologia, da psicanálise e dos estudos de comunicação.

Os meios eletrônicos e a nova geopolítica

Ao investigar a imagem da cidade, Kevin Lynch (1997, p.3) sugere que ela é resultado da imagem mental que dela fazem seus habitantes. Ele acredita que a legibilidade da cidade não é um atributo apenas vinculado à cidade como uma coisa em si, isto é, um objeto, mas, sim, a “cidade do modo como a percebem seus habitantes”. Neste aspecto, considerando os meios de comunicação como mediadores nas relações do sujeito com o seu entorno, observaremos que a imprensa tem um papel capital na construção do imaginário da cidade.

Janice Caiafa acredita que a comunicação pode ser um instrumento extremamente relevante para os estudos sobre a cidade:

Historicamente, as cidades surgem provocando o povoamento espacial e a produção de espaço públicos. A ocupação coletiva gera heterogeneidade, de alguma forma misturando os habitantes, e em diferentes graus, dessegregando os meios fechados e familiares. Há um trânsito que marca as cidades e que implica também certas formas de comunicação e de produção subjetiva. Tais experiências certamente se deixam afetar pelas novas formas da produção comunicativa. É crucial examinar a dimensão e a qualidade dessa interferência, procurando, inclusive, distinguir suas manifestações específicas nas diferentes configurações urbanas⁹.

Em vários trabalhos, Caiafa mostra como, nos Estados Unidos, por exemplo, a televisão colaborou para a “autonomização do subúrbio familiar”, daquele *modus vivendi* que se tornou típico das cidades americanas (com exceção de Nova York), em que há um verdadeiro “despovoamento” do centro em favor dos subúrbios. “Já não vale mais a pena ir até a cidade para uma sessão de cinema”¹⁰. Caiafa defende que esse processo leva à “privatização” ou “desurbanização” das cidades. “A primeira vítima da cidade privatizada é, a meu ver, a alteridade. É a experiência fortemente urbana do contágio que tende a ser eliminada nessas anti-cidades”¹¹. Caiafa não acredita nem mesmo numa possível interatividade oriunda dos meios de comunicação. Ao contrário,

⁹ CAIAFA, Janice. Povoar as cidades. *Fronteiras – estudos midiáticos*. Rio Grande do Sul, Universidade do Vale dos Sinos. Vol. III. n.2, p.124, dez. 2001.

¹⁰ *Ibid.*, p. 127.

¹¹ *Ibid.*, p. 128.

ela afirma que “a ilusão de alteridade produzida nesses modelos não cessa de agravar mais e mais a privatização e o despovoamento das cidades”¹².

Se, hoje, nos países desenvolvidos, como bem observa Virilio (1993), a arquitetura dos prédios e das cidades se vê definitivamente influenciada pela preocupação com os ataques terroristas, o que resultou, de forma clara, mais recentemente, na construção do muro que separa israelenses e palestinos, nas grandes cidades, a relação entre periferia e centro, ou entre favela e asfalto, criou “muros invisíveis” entre os habitantes, quando não, “muros reais”, como as cancelas e grades dos condomínios fechados, as câmeras de monitoramento de ambientes, os sistemas de alarme, os automóveis blindados.

Outra observação importante se refere à ocupação do espaço privado. Se, na década de 60 e 70, o espaço doméstico era um espaço de troca, de almoços familiares, de reuniões políticas, de saraus musicais, de festa, aos poucos, este espaço privado vai funcionar menos como lugar de convívio interpessoal e mais como espaço de isolamento individual. Há, inicialmente, uma verticalização da cidade, com a conseqüente perda do espaço dos quintais, das árvores e dos bichos. Em seguida, há uma diminuição da área da moradia. E, dentro deste espaço exíguo, cada um se dedica a uma tarefa pessoal, como assistir às transmissões ao vivo dos canais de notícias.

Virilio (1999) chama a atenção para a subversão do limite entre público e privado, ocasionado por esta nova “topologia eletrônica”, que termina com a separação entre o “próximo” e o “distante”, ao mesmo tempo em que subverte a noção de duração do tempo, ao instaurar um “presente permanente”. Segundo o autor, o espaço urbano perde assim a sua “realidade geopolítica”

em benefício único de sistemas instantâneos de deportação cuja intensidade tecnológica perturba incessantemente as estruturas sociais: deportação de pessoas no remanejamento da produção, deportação da atenção, do face a face humano, do contato urbano para a interface homem/máquina (*ibid.*, p. 12).

Teríamos então um cenário que Virilio chama de “pós-urbano” e transnacional, em que se observaria a degradação das cidades, numa espécie de “desurbanização ‘pós-industrial’”, a atingir os países desenvolvidos. À cidade onde a “pólis inaugurou um teatro político com a ágora e o fórum, hoje nada resta além de uma tela catódica onde se agitam as sombras [...]” (*ibid.*, p. 14). É a “teledistribuição metropolitana”. Da mesma

¹² CAIAFA, Janice. Povoar as cidades. *Op. cit.*, p. 129.

forma a “hiperconcentração” de determinadas megalópoles, como Cidade de México, Xangai ou São Paulo não tende a significar o desenvolvimento do urbano, mas significa, segundo Virilio (*op.cit.*, p.95), “a desintegração próxima da cidade histórica, da urbanização tradicional e, igualmente, da forma-Estado”. Para o autor (*ibid.*, p. 116), o que está em gestação na alvorada deste novo século é a “Cidade-Mundo” totalmente dependente das telecomunicações”, em que se estabelece uma relação inusitada com os lugares e as distâncias, resultado da revolução tecnológica, que abole a noção de trajeto e distância.

Segundo Muniz Sodré (2002, p.21), mais do que mediação, o que a comunicação promove hoje é a *midiatização*, isto é, a “telerrealização das relações humanas”. Neste sentido, não temos mais uma mediação das relações sociais como aquelas realizadas pela família, a escola, ou o partido político, que promovem uma troca legitimada, investida de valores, que dão um sentido social às mediações. Ao contrário, temos um processo de mediação exclusivamente a serviço dos interesses do mercado, das corporações capitalistas, e que privilegia um tipo especial de interação, a “tecnointeração”, caracterizada por Muniz Sodré, como uma “espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*”(*ibid.*, p.21).

Segundo o autor, no sistema moderno de comunicação, as informações eram *representadas*, caracterizadas pela ideologia política das liberdades civis e do discurso crítico. Com as tecnologias do som e da imagem, o receptor passou a receber o mundo em seu fluxo, em tempo real, passando-se a falar de *simulação*. A partir do computador, a simulação *digitaliza-se*, caracterizando uma cultura da simulação e do fluxo. “Saber e sentir ingressam num novo registro, que é o da possibilidade de sua exteriorização objetivante, de sua delegação a máquinas”(*ibid.*, p.17).

Considerando a midiatização como condicionadora de uma nova forma de presença do sujeito no mundo, “(...) estruturadora ou reestruturadora de percepções e cognições, funcionando como uma agenda coletiva”(*ibid.*, p.26), Muniz Sodré resgata a classificação aristotélica das formas de vida na *Polis*¹³, para pensar a midiatização como uma quarta âmbito existencial, ou um novo *bios*, “que implica uma transformação das formas tradicionais de sociabilização, além de uma nova tecnologia perceptiva e mental”(*ibid.*, p.27), criando o que ele denominou de *bios midiático*.

¹³ O autor faz referência ao *bios theoretikos* – vida contemplativa; *bios politikos* – vida política e o *bios apolaustikos* – vida prazerosa, do corpo.

Utilizando os conceitos apresentados por Sodré, podemos concluir que o espaço urbano é construído, hoje, especialmente pela mídia, fazendo com que a relação das cidades com seus habitantes seja, em alguns casos, mediada e, em outros, midiaticizada, chegando ao paroxismo em que não se consegue mais distinguir a cidade real da cidade simulada, como nos filmes da série *Matrix*, onde “[...] já se joga com a hesitação coletiva na determinação do que é original (substância) ou simulado (linguagem, discurso, informação numérica) em matéria de vida”(SODRÉ, *op. cit.*, p.26).

A mobilidade e o fluxo constante, possíveis através das novas tecnologias, traduzem-se numa sociedade mais aberta e interconectada, mas

[...]apagam memórias, transtornam o sentido do tempo e a percepção do espaço, ameaçando as identidades, pois é nelas que se configuram os imaginários em que se plasmam os novos sentidos que, em sua heterogeneidade, hoje cobrem tanto o local quanto o pertencimento e reconhecimento que fazem a identidade nacional¹⁴

Há uma diferença significativa entre o que Martín-Barbero (1998) chama das culturas letradas, ligadas à língua e ao território, e as culturas eletrônicas, que respondem por novos modos de perceber e narrar a identidade. “Identidades de temporalidades menos extensas, mais precárias, mas também mais flexíveis, capazes de amalgamar e fazer conviver ingredientes de universos culturais muito diversos” (*ibid.*, p. 59).

De acordo com o autor, é o paradigma de comunicação que regula, hoje, o caos urbano. Um paradigma centrado no fluxo, o que pode ser traduzido por “tráfego ininterrupto, interconexão transparente e circulação constante de veículos, pessoas e informações”(*ibid.*, p. 59). Daí todo o planejamento urbano das cidades que privilegia a circulação pelas auto-estradas, viadutos, pontes e túneis, os “não-lugares” de Marc Augé “A verdadeira preocupação dos urbanistas não será, portanto, que os cidadãos se encontrem e sim que circulem, porque já não se quer os cidadãos reunidos e sim conectados” (*ibid.*, p.59). Martín-Barbero conclui que este paradigma da comunicação ou do fluxo, leva à “des-espacialização, ao des-centramento e à des-urbanização” (*ibid.*, p. 59), em outras palavras, ao esvaziamento da cidade “real”

¹⁴ MARTÍN-BARBERO, Jesús. Cidade virtual: novos cenários da comunicação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, 11, p. 53-67, jan./abr. 1998.



ocupada pelos cidadãos, em prol da *fabulação*¹⁵, que “a constante mediação e entrecruzamento de informações e de imagens produz”(MARTIN-BARBERO,*op.cit.*, p. 60).

Conclusão

A relação dos cidadãos com o espaço urbano é mediada pelos meios de comunicação, que, de acordo com a evolução tecnológica, representam esse espaço de diferentes formas. Ao período moderno, podemos estabelecer uma relação de correspondência da cidade com os veículos impressos, em que ao espaço urbano ordenado correspondia uma cidade letrada, também organizada pelas narrativas dos jornais. Na Modernidade, a imprensa construiu a imagem da cidade imaginada, idealizada, de acordo com as narrativas de uma cultura hegemônica, mas muitas outras cidades continuavam invisíveis. Somente com a crescente urbanização, o maior trânsito das populações e o advento das novas tecnologias de comunicação, estamos inseridos num cenário de complexidade e velocidade, em que o imaginário urbano passa a ser configurado através de uma infinidade de narrativas não mais limitadas ao território de origem, mas globalizadas e instantâneas, estabelecendo novas relações do cidadão com o espaço público. Se a tecnologia possibilita a pluralidade e ajuda a contruir a grande babel contemporânea, ela também sinaliza uma mudança significativa na relação dos cidadãos com o espaço público, que poderia determinar até mesmo um esvaziamento, uma desurbanização das cidades. Neste processo, a imprensa e os meios de comunicação não mais apenas representariam, mas também simulariam o real, num jogo em que o face a face é substituído pela interface homem-máquina, o cidadão reunido é substituído pelo cidadão conectado, o que estabelece, enfim, uma nova socialidade.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

APPADURAI, Arjun. Global ethnoscaapes: notes and queries for a transnational anthropology. In: FOX, Richard G. *Recapturing anthropology. Working in the present*. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. p. 191-210.

_____. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos estudos*, São Paulo, Cebrap, n.49, p. 33-46, nov. 1997.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. 3.ed. Campinas, SP: Papirus, 1994. 111p.

¹⁵ Referência ao conceito desenvolvido pelo filósofo italiano Gianni Vattimo.



BARBOSA, Marialva. *Senhores da memória*. Tese (concurso público para professor titular). Setor de Jornalismo, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 1993.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Reis, Glúcia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 395p.

CAIAFA, Janice. Transporte coletivo nos Estados Unidos e a aventura própria de Nova York. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, Editora FGV, n.27, p. 88-105, 2001.

_____. Povoar as cidades. *Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo, RGS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vol. III, n.2, p. 123-130, 2002.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999. 290p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, FÉLIX. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Trad: Peter Pál Perbart e Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. 240p.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 102p.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine la Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. 434p.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. Globalização e democracia. In: PACHECO, Anelise; VAZ, Paulo (orgs.). *Vozes no milênio: para pensar a globalização*. Rio de Janeiro: Gryphus, Museu da República, 2002. p. 15-31

JAGUARIBE, Beatriz. Fins de século: viagens no cosmopolitismo e na globalização. In: MENEZES, Philadelpho (org.). *Signos plurais: mídia, arte e cotidiano na globalização*. São Paulo: Experimento, 1997. p.67-82.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 3.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. 356p.

_____. Cidade virtual: novos cenários da comunicação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, 11, p. 53-67, jan./abr. 1998.

ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995. 86p.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 268p.

TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. Trad. Luís Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 209p.